

PROVEDOR CONSIDERA A DECISÃO "DESASTROSA"

Santa Casa critica mudança do Cartório

A saída do 1º Cartório Notarial do edifício da Santa Casa da Misericórdia é fortemente criticada pelo Provedor, António José de Freitas, que condena sobretudo o facto de uma instituição sem fins lucrativos ser a primeira lesada pelas políticas de austeridade do Governo. O Provedor gostaria que o espaço fosse ocupado por um banco ou outro serviço do Executivo

■ Inês Almeida

A decisão do Executivo de retirar o 1º Cartório Notarial do edifício da Santa Casa da Misericórdia para transferi-lo para a Zona Norte da cidade é alvo de duras críticas por parte do Provedor. "A decisão é desastrosa. Acho mal que a Santa Casa, enquanto instituição sem fins lucrativos, venha a ser a primeira vítima das políticas de austeridade do Governo", lamentou António José de Freitas, em declarações ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU, salientando que o 1º Cartório é o único espaço da instituição arrendado à Administração da RAEM.

O contrato que a Santa Casa assinou com os Serviços de Justiça inclui uma cláusula que define que o arrendatário pode a qualquer momento denunciar o contrato, desde que comunique a decisão por escrito, com 90 dias de antecedência, prazo que deve chegar ao fim em Setembro. O documento define o pagamento de uma renda mensal de 1,2 milhões de patacas, que foi acordada entre as partes, mas que o Executivo tentou renegociar.

Para o Provedor da Santa Casa, essa situação não passa de "contas de mulheres da praça". "É como quem vai a um mercado e quer regatear os preços. Um milhão e 200 mil patacas para a Irmandade é muito para estarmos a reduzir para metade. Mas o que representam 600.000 patacas para o Governo? Ainda por cima sabem que o dinheiro vai para uma instituição sem fins lucrativos e com pessoas que trabalham voluntariamente".

Com o objectivo de mostrar o impacto da saída do Cartório, António José de Freitas explicou que em 2015 a Santa Casa teve despesas na ordem

dos 40 milhões de patacas. "Só recebemos pouco mais de 15 milhões do Instituto de Acção Social como subsídio para gerir o lar, a creche e o centro dos invisuais. Isso quer dizer que tiramos do saco azul para poder desenvolver as acções com dignidade e para poder dar alguma visibilidade aos projectos junto da sociedade".

O Provedor alerta ainda para o impacto que a decisão terá a nível histórico. "Esta política também vem acabar com a história. As pessoas que estão vivas agora, os seus antepassados que já não estão e até crianças têm já este espaço como referência. Ele faz parte da história de Macau porque já funciona desde os anos 60 do século passado". "A Santa Casa é uma instituição secular, o prédio faz parte do Centro Histórico de Macau e a Santa Casa tem cumprido o papel de dignificar o edifício e de defender a sua imagem", acrescentou.

Ainda assim, ressalva, o maior impacto será sentido pelos bancos, escritórios de advogados e tribunais que funcionam nas proximidades. "Claro que temos de dar atenção à Zona Norte mas não devemos fazê-lo em detrimento da zona central".

Com a saída do cartório, fica a questão da futura ocupação do espaço no rés-do-chão da Santa Casa da Misericórdia. "Precisamos da receita, temos de arrendar o espaço, mas pomos aqui uma loja de cosméticos? De roupa? Uma loja para vender bolinhos de amendoim? Não dá. Isso vem estragar a imagem do edifício".

Por isso, defende António José de Freitas, "o Governo devia ter mais responsabilidade em contribuir para zelar pela boa imagem e pela dignidade do edifício que está no centro da cidade e é Património".

Para o Provedor, ideal seria ocupar o espaço com um banco ou "o Gover-



Santa Casa vai deixar de receber renda mensal de 1,2 milhões pelo arrendamento do 1º Cartório Notarial

no até aproveitá-lo para albergar um serviço público".

Ainda que seja necessário encontrar um novo arrendatário, esta situação trará algumas desvantagens. "Quando entra um novo inquilino num espaço comercial, pede no mínimo três meses de isenção da renda para fazer obras, isto independente-

mente do valor que cobrarmos. O impacto é muito, 1,2 milhões de patacas é muito dinheiro".

Apesar disso, garantiu que a Santa Casa não vai reduzir os salários dos seus trabalhadores. "Temos condições financeiras ainda para poder continuar sem isto afectar nada, sobretudo os salários", frisou o Provedor.